

EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL

Nos termos do nº 2, do artº 12º, da Lei nº 43/2012, de 28 de agosto, os municípios aderentes ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) estão obrigados a incluir no relatório da conta de gerência um anexo relativo à execução daquele programa. Este capítulo aborda os elementos mais relevantes para a análise da execução do PAEL, incluindo os quadros da candidatura.

O Município do Funchal celebrou, a 16 de novembro de 2012, o contrato de empréstimo ao abrigo do Programa II do PAEL, no valor de 28.414.335,96 €, para pagamento de dívidas vencidas há mais de 90 dias, registadas a 31 de março de 2012 no SIILAL – sistema de informação das Autarquias Locais. O visto do Tribunal de Contas, no entanto apenas foi conseguido a 15 de março de 2013. O valor efetivamente transferido foi inferior em € 3.538,83, referente a uma fatura que teve de ser anulada por se encontrar incorretamente emitida e deixou de ser elegível para o programa.

De acordo com o disposto contratualmente, o capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches, durante o ano 2013:

- A primeira, no valor de 70% do montante financiado consubstanciou 19.890.035,17€, tendo sido recebida pelo município a 18 de abril de 2013;
- A segunda, no valor de 30% do montante financiado, recebida a 8 de outubro de 2013, no valor de 8.520.761,96€

Do valor recebido foram efetuados os seguintes pagamentos:

PAEL - Utilização do empréstimo	
Valores recebidos	28.410.797,13
Valores pagos	28.322.000,21
<i>Despesas com o Pessoal (Encargos com a saúde)</i>	<i>299.838,46</i>
<i>Aquisição de Bens e Serviços</i>	<i>20.328.646,16</i>
<i>Juros e Outros Encargos</i>	<i>9.598,31</i>
<i>Transferências</i>	<i>402.500,00</i>
<i>Aquisição de Bens de Capital</i>	<i>7.100.089,84</i>
<i>Transferências de Capital</i>	<i>181.327,44</i>
Pagamentos transitados para 2014 (SESARAM)	88.796,92

Os pagamentos transitados para 2014 são integralmente destinados ao Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., cuja liquidação ficou pendente do recebimento, daquela entidade, de verbas em igual montante, para abatimento da dívida para com o Município do Funchal.

ENCARGOS DO EMPRÉSTIMO

O capital mutuado será reembolsado em 28 prestações semestrais, iguais e consecutivas, sendo que a primeira, no valor de cerca de 1M€, foi paga em novembro de 2013.

Relativamente aos juros, estes vencem-se semestral e postecipadamente, nas datas do reembolso do capital, sendo que a taxa de juro é fixada nesta data, e corresponde ao custo de financiamento da República Portuguesa acrescido do spread de 15 pontos base. Durante o ano de 2013 a taxa de juro paga foi de 2,6%, o que correspondeu a 0,3M€.

PAEL - Encargos do empréstimo	
Montante utilizado em 2013	28.410.797,13
Encargos do ano	1.296.690,48
<i>Amortização</i>	<i>1.014.671,33</i>
<i>Juros</i>	<i>282.019,15</i>
Montante em dívida a 31/12/2013	27.396.125,80

O montante em dívida a 31 de dezembro de 2013, abatido do pagamento da primeira amortização de capital, era de 27,4M€.

ANÁLISE DAS MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Aquando da adesão ao PAEL, o Município do Funchal subscreveu o Plano de Ajustamento Financeiro que contém um conjunto de medidas que visam uma gestão mais eficiente dos recursos públicos. Importa pois, analisar o grau de cumprimento daquelas medidas de maximização da receita e contenção da despesa, que se encontram patentes no Quadro II da DGAL.

Para um melhor enquadramento das medidas previstas no PAEL, importa observar o seguinte:

RECEITA

1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários

À exceção do tarifário da água e da gestão de resíduos sólidos, em 2013 procedeu-se à atualização dos preços praticados pela autarquia, com base no Índice de Preços no Consumidor, que foi de 2,91% (aprovado em reunião de Câmara de 3 de janeiro de 2013).

2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município

As taxas e licenças foram atualizadas com base no Índice de Preços no Consumidor, em 2,91% (aprovado em reunião de Câmara de 3 de janeiro de 2013).

3. Alienação do Património

Estava prevista a venda de habitação económica que não se efetivou devido a atrasos no registo da propriedade horizontal. Além disso, o atraso na elaboração do processo de hasta pública para a venda de bens de investimento e a mudança de executivo municipal, impediram a venda atempada daqueles bens.

4. Incremento no esforço da cobrança das receitas em atraso

Durante o ano 2013 foram efetivados alguns encontros de contas com clientes que eram simultaneamente fornecedores da autarquia, o que permitiu a arrecadação extraordinária de receita relativa a dívidas antigas. Esta receita ascendeu a 8,8M€ e provém de encontros de contas negociados ao abrigo dos pagamentos que a autarquia fez com o recurso a verbas do PAEL.

DESPESA

1. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais

Em termos orçamentais verifica-se um aumento das despesas de funcionamento de 27,2M€, face à redução que se estimou para 2013. Este aumento decorre, sobretudo, do pagamento de dívida antiga, sendo 20,7M€ ao abrigo do PAEL, e 5,5M€ ao abrigo de acordos de pagamento. Contudo, uma análise aos custos do período permitem-nos aferir uma redução idêntica à estimada (1,8M€)

2. Redução dos subsídios atribuídos

A análise da execução orçamental exhibe um incumprimento de cerca de 0,5M€ face à redução da despesa com subsídios estimada. Contudo, a maioria destes pagamentos referem-se a dívidas de anos anteriores, pois a análise dos custos período permitem concluir que houve uma redução de 0,63M€ face a 2011, o que representa uma redução de 0,59M€ face ao previsto.

3. Redução nos investimentos

O incumprimento de quase 7M€ observado da ótica orçamental deve-se ao pagamento de dívidas de anos anteriores, pagas no âmbito do PAEL. Se analisarmos os investimentos efetuados em 2013, observa-se uma redução de 4,8M€ relativamente a 2011, o que significa que a redução de investimento estimada foi superada em 4,1M€.

4. Renegociação dos contratos de rendas mensais pagas a terceiros

Esta medida será implementada em 2014. No entanto, importa ressaltar que, não obstante o aumento verificado por via do coeficiente de atualização das rendas que em 2013 foi de 1,0336, e dos novos contratos de arrendamento assumidos, nomeadamente os referentes aos terrenos para instalação das hortas municipais, durante o ano 2013 foi denunciado um contrato de arrendamento.

Os seguintes quadros, remetidos à Direção-Geral das Autarquias Locais no âmbito da obrigatoriedade de prestação de informação referente ao PAEL, apresentam a seguinte informação:

- Quadro I: Síntese da situação financeira;
- Quadro II: Medidas propostas no plano de ajustamento financeiro;
- Quadro III: Evolução da receita e da despesa;
- Quadro IV: Evolução da dívida de curto, médio e longo prazos e do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazos.